



11º Encontro Internacional de Política Social 18º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Entre o capital e a vida: questão social,
crise ambiental e resistências

Vitória, ES, Brasil, 18 a 20 de agosto de 2026

Eixo: Exploração e Opressões no capitalismo

A normalização do bolsonarismo no Brasil

Daniel Arantes Vicentine¹

Resumo: O presente artigo visa discutir as condições históricas, tanto a nível local quanto mundial, que possibilitaram o surgimento do fascismo no Brasil recente, aqui identificada a partir do bolsonarismo, bem como oferecer contribuições que justifiquem a resiliência política do mesmo, após uma década de seu aparecimento. Sob tal prisma, procura-se argumentar que a normalização de um fenômeno político da natureza do bolsonarismo não pode ser compreendido sem considerar a crise estrutural do capital em sua fase neoliberal, na qual as condições de existência das classes trabalhadoras experimentam um substancial agravamento sem que, em contrapartida, se constituam alternativas para derrotá-lo politicamente.

Palavras-chave: Bolsonarismo; fascismo; crise do capital; social-liberalismo.

The normalization of Bolsonaroism in Brazil

Abstract: This article aims to discuss the historical conditions, both at local and global levels, that enabled the rise of the fascist far-right in recent Brazil, identified here through Bolsonaroism, as well as to offer contributions that explain its political resilience a decade after its emergence. From this perspective, it argues that the normalization of a political phenomenon such as Bolsonaroism cannot be understood without considering the structural crisis of capital in its neoliberal phase, in which the living conditions of the working classes experience a substantial worsening without the emergence of alternatives to politically defeat it.

Keywords: Bolsonaroism; fascism; crisis of capital; social-liberalism.

Introdução

As últimas quatro décadas apresentaram uma conjuntura amplamente desfavorável para a classe trabalhadora, a nível mundial, pontuada pelo fim da URSS e da Guerra Fria, combinada à ofensiva neoliberal sob hegemonia estadunidense. Neste contexto, em que pesem as contradições do modelo soviético – das quais não trataremos aqui – a força das ideias e organizações socialistas são postas em xeque pela vitória política e ideológica da classe dominante mundial, dando vazão para a uma aceleração da ofensiva burguesa sobre a exploração do trabalho e os direitos da classe trabalhadora em todos os quadrantes do globo, sem que exista um projeto societário alternativo a desafiar a sanha do capital.

¹ Mestrando em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Email: dantin8@gmail.com

Esta conjuntura, ao qual Carlos Nelson Coutinho (2009) classifica como uma época de contrarreformas, se caracteriza pelo predomínio do “velho”, isto é, do esforço por parte da burguesia em restaurar as condições de acumulação mais próximas dos primeiros momentos da história do capitalismo. Entretanto, não seria possível replicar estas mesmas condições, dado o grau de participação política alcançado pelas classes populares no intervalo de dois séculos, demandando formas mais sofisticadas de intervenção burguesa para garantir a hegemonia neoliberal. O fato de que a pobreza tenha crescido exponencialmente durante os anos 1990 não enfraqueceu a hegemonia das ideias neoliberais, mesmo no campo da esquerda – no caso desta, há o amoldamento de diversos intelectuais e organizações partidárias ao novo período, na qual antigos social-democratas e até socialistas aceitam os pressupostos da nova ordem, buscando aperfeiçoá-la em detrimento da sua superação. Entra em cena o social-liberalismo, que se tornaria hegemônico dentro da esquerda em diferentes países, incluindo o Brasil. Conforme Rodrigo Castelo, esta correção de rota ocorreria:

A partir da correção de rumo dos programas de ajuste propugnados pelas agências multilaterais de desenvolvimento, os projetos de refuncionalização do Estado ganharam uma nova configuração: se antes das medidas corretivas defendia-se – pelo menos no plano da retórica – um aparato estatal mínimo, o Estado, agora, teria uma função reguladora das atividades econômicas e operacionalizaria, em parceria com o setor privado, políticas sociais emergenciais, focalizadas e assistencialistas, visando garantir as taxas de acumulação do capital e mitigar as expressões da “questão social” através do controle da força de trabalho e do atendimento de necessidades mínimas dos “clientes” dos serviços sociais (CASTELO: 2011, p. 244)

Portanto, ao invés da concessão de direitos universais e reformas progressivas, próprias do período anterior, o social-liberalismo propugna a constituição de políticas sociais ultrafocalizadas que tem como público-alvo os segmentos mais pauperizados, de modo a conter as expressões mais extremas da “questão social”, e, a um só golpe, legitimar a ordem neoliberal. Desta forma, há uma tendência de “hegemonia da pequena política”, para tomar de empréstimo outra reflexão de Coutinho, com base no pensamento de Antônio Gramsci, onde os grandes temas sociais, anelados à luta de classes, são colocados à margem do debate público; neste sentido, as disputas partidárias têm por pressuposto a maior eficiência em administrar a ordem existente. O orçamento público, sob este prisma, é blindado das pressões populares por uma robusta divisão de renda, o que se justifica, seguindo o pensamento neoliberal, pela necessidade em fortalecer a tecnicidade das decisões de Estado, independentemente do governante de plantão. Este

cenário, em larga medida, foi hegemônico entre os anos 1990 e os anos 2000, ao menos, até a crise capitalista de 2008.

Após o desenrolar da crise, a prioridade do governo dos Estados Unidos, país epicentro da crise, foi reforçar a lógica da austeridade – cortes em gastos sociais e redução dos custos da força de trabalho – revertendo trilhões de dólares para socorrer o capital financeiro. Demonstrava-se, didaticamente, a farsa dos discursos em defesa da responsabilidade fiscal, sempre utilizados para justificar o corte de gastos sociais, bem como a centralidade do papel do Estado no capitalismo para garantir as condições de acumulação, ao contrário do que assinala o liberalismo vulgar. A esfera financeira, neste sentido, é somente a expressão mais visível da presente crise. Ao longo dos vinte anos subsequentes, houve um declínio em relação ao crescimento econômico mundial, acompanhado do crescimento do desemprego, da precariedade das condições laborais e da desigualdade socioeconômica (não apenas nas regiões periféricas, mas nos próprios países centrais) e da violência em escala planetária, com a intensificação da repressão policial e de guerras localizadas, especialmente no Oriente Médio e no Norte da África. Neste cenário, houve o crescimento de 78% nos fluxos migratórios ao longo dos anos 2010, na qual milhões de pessoas se veem forçadas a fugir de regiões conflagradas – ou dos países mais afetados pela crise e pelas políticas de austeridade no interior da União Europeia, em direção ao centro do capitalismo; no caso, Inglaterra, Estados Unidos e Alemanha, na esperança de que estes possam oferecer melhores condições sociais que os seus países de origem (TONELLO, 2021). A reação burguesa à queda das taxas de lucro se dá, pois, por meio do aumento da exploração do trabalho por diferentes expedientes: reestruturação nas formas de gestão da produção, ampliação do movimento predatório sobre os países dependentes, de modo a reduzir os custos de produção de matérias-primas, a retirada de direitos sociais (BEHRING, 2021).

Não há, no horizonte próximo, a perspectiva de mudança real deste quadro no curto prazo, gerando desalento em boa parte da classe trabalhadora mundial – em 2015, 60% da população estadunidense e 64% dos europeus acreditavam que a próxima geração viveria em condições piores que as atuais (PRZEWORSKI, 2021). Por fatores inerentes à sua natureza, o capitalismo é incapaz de fornecer ao conjunto da classe trabalhadora mundial melhores condições de vida, fornecendo, conforme visto, prioridade total ao resgate do grande capital. Neste cenário, é posto em questão o

consenso liberal que havia vigorado ao final do século XX, onde os principais partidos de esquerda se descaracterizam e passam a aceitar as regras do jogo liberal-burguês, especialmente após a crise e a dissolução do bloco soviético, na qual o discurso acerca do “fim da história”, propalado por apologetas do capitalismo.

Quando o capitalismo atravessa uma crise profunda, como ocorre atualmente, não há organizações proletárias que sejam capazes de denunciar, de maneira sistemática, o caráter contraditório do capitalismo e a necessidade de superação histórica deste mesmo sistema – ainda assim, houveram mobilizações de massa dignas de nota, normalmente conduzida pela juventude, por mulheres e pelas populações negras de diversos quadrantes do mundo, entre os quais se destacam a Primavera Árabe, que ocorre em diferentes países do norte da África, o *Ocuppy Wall Street*, nos EUA, e o movimento *Indignados*, na Espanha, em 2011, o *Educação Gratuita Ya*, no Chile, em 2012 e, por fim, as Jornadas de Junho, no Brasil, em 2013, do qual falaremos na seção a seguir. Todos estes movimentos denotam o mal-estar generalizado, especialmente entre as gerações mais jovens, vivenciando condições de existência cada vez mais precárias, na qual inexiste a perspectiva de melhores condições de vida sob o capitalismo neoliberal.

Neste cenário, o crescimento da extrema direita ocorre em um cenário difícil para o proletariado: não há, como no período de surgimento do fascismo histórico, organizações proletárias de massa, para enfrentar o avanço do reacionarismo, que, longe de colocar em questão o neoliberalismo contribui, em última instância, para garantir a sua reprodutibilidade e avançar na expropriação de direitos da classe trabalhadora (MATTOS, 2020). Nos países centrais, o reacionarismo se alimenta dos conflitos étnicos provocados pelo crescimento dos fluxos migratórios e do preconceito das populações locais em relação aos estrangeiros. Retoricamente, políticos reacionários podem exprimir críticas pontuais aos efeitos da concentração de renda e do manejo da crise capitalista por parte de governos de centro. A título de exemplo: em sua primeira campanha eleitoral, Donald Trump, sob o slogan *Make America Great Again*, sinalizou para a sua base social o retorno das indústrias e dos empregos a ela associadas a partir de seu governo; uma promessa que, como se viu, não pôde ser cumprida, dada a configuração da produção de mercadorias na atual fase do capitalismo. Todavia, a íntima associação da extrema-direita com o neoliberalismo pode ser percebida a partir da maneira como a extrema-direita mobiliza o ódio desumanizador contra os diferentes segmentos da classe

trabalhadora, com teores de machismo e racismo, tornando quaisquer lutas por direitos por parte de grupos marginalizados nestes países como uma ameaça à comunidade nacional – no caso dos imigrantes que chegam a países como Inglaterra ou Estados Unidos, são estigmatizados por parte da extrema direita como “invasores” que estariam roubando os empregos dos “cidadãos legítimos”, colocando no colo dos mais vulneráveis o resultado da crise capitalista (TONELLO, 2021).

Feita esta breve incursão ao desenvolvimento capitalista e ao avanço da extrema-direita à nível mundial, vejamos alguns aspectos que estruturam o aparecimento e a força do bolsonarismo, ao longo dos últimos anos da história brasileira.

Desenvolvimento

Entre 1994-2014, os dois partidos que hegemonizaram a política nacional foram o PT, oriundo das lutas populares no período final da ditadura militar, e o PSDB, que nasce de uma cisão do PMDB, já no contexto de redemocratização. Os últimos seriam responsáveis por estabelecer as bases do neoliberalismo no Brasil, a partir do impulso dado pelo Plano Real, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. O preço da estabilização monetária, neste sentido, foi alto para a classe trabalhadora brasileira: a apreciação cambial promovida pela nova moeda foi obtida às custas da abertura comercial, que colocou a indústria nacional em posição desfavorável para competir com as importações – gerando, pela primeira vez em décadas, desequilíbrio na balança comercial brasileira. Tal situação foi compensada, pelos arquitetos do Plano Real, por meio de uma série de medidas para atrair divisas externas, a partir do amoldamento do Estado brasileiro ao mercado de capitais (BARBOSA, 2018). O efeito desta reorganização do Estado brasileiro, nos dizeres de Barbosa (2018) foi:

O disciplinamento do Estado como instrumento de transferência de riqueza nacional para os circuitos financeiros internacionais. Impôs-se a lógica do ajuste estrutural, que teve expressão acabada na lei de responsabilidade fiscal negociada junto ao FMI no contexto da crise que antecedeu a desvalorização do real, em 1999, quando FHC iniciava o seu segundo mandato. Esta lei (...) estabelece uma hierarquia no gasto orçamentário, consagrando prioridade máxima aos credores financeiros em detrimento de políticas sociais e investimentos públicos. (BARBOSA, 2018, p. 103)

Nestas circunstâncias, houve uma profunda transformação nas linhas mestras da acumulação capitalista brasileira, vigentes desde os anos 1930 e pautadas na diversificação industrial com forte presença do Estado. Ao longo do governo FHC, houve

um recuo da participação da indústria na economia nacional, que não consegue competir com as congêneres estrangeiras. No setor público, por sua vez, se impõe a privatização de diversas empresas estatais, como forma de financiar o déficit comercial crescente. De modo geral, houve uma retração da participação industrial na economia brasileira, reduzindo fortemente o número de postos de trabalho qualificados e de maior remuneração. Como resultado, cresce o número de empregos no terceiro setor, de menor remuneração, enquanto a taxa de desocupação chega a atingir 15%, ao final dos anos 1990 (SAAD FILHO; MORAIS, 2018).

Durante o governo FHC, o PT atravessa um processo de moderação de seu horizonte programático, como resultado combinado da crise enfrentada pelo movimento sindical durante os anos 1990 – enfraquecendo um dos principais pilares do partido – e da opção da direção petista em privilegiar o momento eleitoral, em detrimento das lutas populares e da construção de uma hegemonia socialista na sociedade brasileira. Ao aceitar as regras do jogo democrático-liberal, o movimento natural do PT foi se amoldar ao que fosse preciso para conseguir as vitórias políticas possíveis - qual seja, o aumento das bancadas parlamentares, do número de prefeitos, governadores e, objetivo máximo, conquistar a presidência. Assim, o PT que ganha as eleições presidenciais em 2002 é bem diferente do partido que nasce do enfrentamento ao arrocho salarial promovido pela ditadura; o arco de alianças se estende para abarcar partidos liberais que ajudassem o PT a formar maioria parlamentar; ao mesmo tempo, a direção petista sinaliza ao grande capital e ao imperialismo que o legado econômico de FHC seria mantido; se completa, pois, a transformação do PT em partido da ordem.

Conforme analisa Armando Boito Jr (2018), professor de Ciência Política da UNICAMP, é neste contexto que o PT se aproxima de setores da burguesia brasileira - em especial, da chamada “burguesia interna” que reuniria frações da antiga burguesia industrial e dos grandes bancos nacionais, menos atrelados ao imperialismo estadunidense e insatisfeitos com a política dos governos Fernando Henrique, pautada pela subordinação completa à Washington. No caso, o que se colocava em tela era a possibilidade de amoldar - sem rompimentos - a política econômica neoliberal a um contorno desenvolvimentista, fortalecendo o mercado interno e oferecendo um nível maior de protecionismo e incentivo para este segmento (BOITO JR, 2018).

Por outro lado, a expectativa de crescimento econômico mais robusto, durante os anos 2000, possibilita a ampliação de políticas públicas para os milhões de brasileiros em situação de pobreza extrema, tradicionalmente à margem do mercado de trabalho formal, do acesso a bens e serviços públicos e de condições de moradia adequadas. Para este segmento, foram oferecidas políticas de transferência de renda – como o Bolsa Família – a valorização do salário-mínimo e a facilitação do acesso à moradia e do ingresso em universidades, especialmente no setor privado, que contribuíram para consolidar a figura de Lula como uma liderança político-eleitoral sem paralelo no período da Nova República (MIGUEL, 2022).

Desta forma, configura-se a variante local do que estamos compreendendo como social-liberalismo, cujo capital político esteve diretamente associado a promoção de políticas públicas de custo relativamente baixo e especialmente direcionadas ao “subproletariado brasileiro” – e não, sublinhe-se, à base social dos primeiros anos da trajetória petista, formada por metalúrgicos, professores e funcionários públicos (BOITO JR, 2018). Neste sentido, os primeiros governos do PT contribuíram para dar estabilidade à “grande política” levada a cabo durante a era Cardoso, na qual se estabelece a blindagem do Estado brasileiro às pressões populares – especialmente acentuadas durante a redemocratização – e a conformação de diversas derrotas da classe trabalhadora organizada para o capital, com destaque para a privatização em massa de ativos e empresas públicas e a precarização das condições laborais e da oferta de empregos.

O PT, ao não desafiar a ordem neoliberal, procura aprimorá-la, reduzindo os índices de pobreza extrema sem enfrentar a desigualdade social brasileira, historicamente uma das maiores do mundo. Durante os dez primeiros anos de mandatos petistas, “a quadratura do círculo” foi tornada possível pelas condições favoráveis ao crescimento econômico, que tinha por base a valorização dos produtos primários nacionais conjugados ao fortalecimento do mercado interno (BOITO JR, 2018). Entretanto, quando a crise econômica mundial apresenta seus efeitos mais profundos no Brasil, as condições de reprodução do modelo petista se exaurem, levando ao desencadeamento da crise política da Nova República e dos principais atores e organizações partidárias a ela vinculados. Neste cenário, a polarização moderada entre petistas e tucanos perde a centralidade, especialmente após o golpe parlamentar que destitui Dilma Rousseff do poder, em benefício de um novo fenômeno político: o bolsonarismo.

A ascensão e o estabelecimento do bolsonarismo na crise brasileira

O surgimento do bolsonarismo na vida política nacional, bem como a sua força e resiliência, modificaram sensivelmente o terreno da luta de classes no Brasil. Oriundo da crise política que culminou na remoção de Dilma Rousseff, este fenômeno sob a liderança de Jair Bolsonaro, contribuiu para promover a variante mais radical do antipetismo, no momento em que o Partido dos Trabalhadores enfrentava um amplo desgaste de seu capital político, em decorrência da promoção de um ajuste recessivo, conduzido no início do segundo mandato de Rousseff que atingiu especialmente a sua base social (a partir do aumento do desemprego) e da ofensiva da Operação Lava Jato, em associação com a grande mídia, sobre as principais figuras do partido em sucessivas investigações sobre lavagem de dinheiro e desvio de verbas públicas (MIGUEL, 2022). A conjunção destes dois fatores contribuiu para criar, no imaginário popular, a (falsa) percepção de que a principal causa da crise econômica era a corrupção, tornando este um dos temas sensíveis do debate público. Bolsonaro, desde o momento em que anunciou sua intenção de concorrer nas eleições de 2018, explorou fortemente esta agenda, se apresentando como uma figura honesta em comparação com as candidaturas vinculadas ao que denominou como “sistema”.

Aliado a isso, Bolsonaro construiu uma relação orgânica com a sua base social, principalmente através de atos e sinalizações diversas, tanto durante a campanha quanto em seu período de governo. Desta forma, o bolsonarismo se destacou pela mobilização constante de suas bases sociais – seja para proteger Jair Bolsonaro (ou de seus parentes e aliados) de investigações sobre escândalos de corrupção, seja para pressionar adversários políticos e, no limite, romper com a legalidade democrático-burguesa, em benefício do então presidente. Cabe ressaltar que o projeto golpista só não foi levado a contento por um recuo do alto comando militar acerca da viabilidade de um golpe de Estado perpetrado pela via da força (SINGER, 2022), ao que se somou a ausência de consenso entre a classe dominante brasileira em relação à Bolsonaro, sopesando o trato agressivo com a oposição e os outros poderes República e a condução errática durante o período da pandemia. Ainda que o seu objetivo máximo, àquela altura, não tenha sido alcançado, com a derrota eleitoral na eleição de 2022 e a prisão dos principais articuladores do golpe de 8 de janeiro – incluindo Jair Bolsonaro – o bolsonarismo sustenta uma resiliência política que o coloca como uma das principais forças políticas

no Brasil, estabelecendo sua hegemonia sobre o campo da direita e sendo capaz de construir novas lideranças de caráter nacional, tais como o deputado federal Nikolas Ferreira, o senador Flávio Bolsonaro e o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas.

No nosso entender, o processo de “normalização” do bolsonarismo no Brasil atual se deve a alguns fatores fundamentais. Em primeiro lugar, pelas suas características intrínsecas: o bolsonarismo é uma força política que busca, mesmo fora da presidência, disputar a agenda pública em torno de temas que lhes são caros: a defesa da anistia aos golpistas de 8 de janeiro e o ataque a ministros do Supremo Tribunal Federal; o reforço da repressão policial; a criminalização do direito ao aborto e o combate a políticas de igualdade de gênero; o alinhamento automático do Brasil em relação aos Estados Unidos. Esta tática ocorre mesmo em períodos em que a correlação de forças se afigura desfavorável ao bolsonarismo, de modo que há um esforço para sustentar a coesão de sua base social em torno de uma identidade política definida, além de procurar ampliar esta mesma base dentro do campo da direita.

Em segundo, há que se ressaltar a adesão de setores da burguesia brasileira – especialmente ligados ao agronegócio – em relação ao projeto bolsonarista, haja visto que, quando no poder, oferece o atendimento precípua aos interesses da burguesia, especialmente no que se refere à agenda ultraliberal de retirada de direitos sociais e o reforço à superexploração da força de trabalho. As frações burguesas que rejeitam a figura de Jair Bolsonaro (como foi o caso da FEBRABAN e da Rede Globo), não descartam, todavia, apoiar este mesmo projeto político sob a direção de um personagem mais “moderado”, que ofereça menor risco de instabilidade política em relação ao ex-presidente e entregue, na luta entre capital e trabalho, os mesmos resultados. O eventual apoio à condenação de Bolsonaro pelos atos de 8 de janeiro é acompanhado pelo esforço de retirar do bolsonarismo os atributos considerados indesejados, tais como o enfrentamento à Nova República e aos outros poderes, o trato agressivo com a oposição e o negacionismo científico. Esta iniciativa, impossível de ser concretizada sem descaracterizar integralmente o campo político bolsonarista, contribui para demonstrar o viés autocrático do conjunto da burguesia brasileira, disposta a, ao menos, contemporizar com agrupamentos políticos de caráter reacionário e fascistizante.

Por fim, destacamos um terceiro e decisivo aspecto: a incapacidade da esquerda brasileira em enfrentar, de modo consequente, o bolsonarismo. Conforme visto, o processo de acomodação do Partido dos Trabalhadores ao social-liberalismo contribuiu para desarmar, política e ideologicamente, a classe trabalhadora em sua capacidade de enfrentar a ofensiva burguesa que se segue ao golpe de 2016. Durante mais de uma década, foi reforçada a perspectiva de que seria possível constituir, nos marcos do neoliberalismo, uma política de governo que atendesse simultaneamente aos interesses do grande capital e do trabalho, reduzindo o horizonte de transformação social que animara as classes dominadas brasileiras no período pós ditadura. Quando a Nova República entra em crise, o social-liberalismo, comprometido em atender os interesses do grande capital, perde o principal fator de construção da base social petista. a implementação de políticas públicas direcionadas para os setores mais pauperizados da classe trabalhadora brasileira. Conforme foi possível observar durante o segundo mandato de Dilma Rousseff, sob os efeitos de um forte ajuste recessivo, e no terceiro governo Lula, na qual a implementação do arcabouço fiscal – que veio a substituir o teto de gastos legado por Michel Temer – impediu a repetição do que fora realizado nos dois mandatos anteriores. Diferentemente do bolsonarismo, portanto, a práxis política do social-liberalismo petista é optar por uma governança a frio, especialmente orientada para o calendário eleitoral. Neste sentido, não se mobiliza a militância para o enfrentamento consequente à ofensiva burguesa e para construir uma correlação de forças favorável à classe trabalhadora, sendo antes o oposto: a tentativa de reconstituir as condições de governança vigentes no período 2003-2013, sem que existam as possibilidades efetivas, no terreno da luta de classes, para tal. Na atual conjuntura, o limitado horizonte oferecido pelo campo social-liberal tem pouco a oferecer às suas bases, a não ser a perspectiva de ser uma alternativa melhor em relação ao bolsonarismo.

Considerações Finais

Conforme procuramos argumentar, ao longo deste breve artigo, o mundo ainda se encontra em uma longa conjuntura de contrarreforma, na qual o horizonte de disputa por uma alternativa anticapitalista cede lugar à acomodação de vastos setores da esquerda ao neoliberalismo – sendo que, em diferentes cenários, se torna um eficiente gestor desta ordem, ao garantir a legitimidade política que os representantes diretos do grande capital

se mostram incapazes de oferecer – tal é o cenário que se apresenta no Brasil, durante o período áureo do petismo. Entretanto, quando ocorre o aprofundamento da crise capitalista e a exigência, por parte da classe dominante, em aprofundar a superexploração da força de trabalho e a retirada de direitos sociais e trabalhistas, há a impossibilidade de manutenção das condições normais de governança que vigiam durante a Nova República, na qual se constitui um verniz civilizatório perante a sanha da acumulação de capital em um país de formação social dependente. O bolsonarismo, portanto, surge como expressão direta deste período de crise, oferecendo a legitimidade política que os representantes do grande capital necessitam em um contexto de *blitz* – suplantando, por larga margem, o PSDB, enquanto principal representante da direita brasileira. Passados mais de dez anos de seu aparecimento, se torna cada vez mais evidente que a sua resiliência política transcorre da sua capacidade de politizar e coesionar uma parcela importante da sociedade brasileira para uma “revolta dentro da ordem”, onde se atacam retoricamente aspectos fenomênicos da dominação de classe no Brasil – como a corrupção e instituição do Supremo Tribunal Federal – para reforçar esta mesma dominação – motivo pela qual detêm o apoio ou a conivência dos diferentes segmentos da classe dominante. Ao legar para a extrema-direita o papel de crítica ao sistema político, o campo majoritário da esquerda se coloca em posição vulnerável, posto que assume a defesa do mesmo arranjo institucional-burguês que contribui para gestar o bolsonarismo. Desta forma, não há, no horizonte próximo, possibilidades de reduzir a sua presença na vida política nacional, o que, por conseguinte, contribui para agravar as condições de defensivismo histórico a que a classe trabalhadora se vê localizada durante as últimas décadas.

Referências

BARBOSA, Fábio Luís. **Uma história da onda progressista sul-americana (1998-2016)**. São Paulo: Editora Elefante, 2018.

BEHRING, Elaine. **Fundo público, valor e política social**. São Paulo: Cortez Editora, 2021.

BOITO JR., Armando. **Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT**. Campinas, SP: Editora da Unicamp / São Paulo, SP: Editora Unesp, 2018.

CASTELO, Rodrigo. **O social-liberalismo: uma ideologia neoliberal para a “questão social” no século XXI**. 2011. 367 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

COUTINHO, Carlos Nelson. **A época neoliberal: revolução passiva ou contrarreforma?** Revista Novos Rumos, Marília, SP, v. 49, n. 1, 2022. DOI: 10.36311/0102-5864.2012.v49n1.2383. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/2383>.. Acesso em: 8 abr. 2026.

COUTINHO, Carlos Nelson **A Hegemonia Da Pequena Política** in OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (org.). *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **O capital**. São Paulo: Boitempo [1867] 2013.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Governo Bolsonaro: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil**. São Paulo: Usina Editorial, 2020.

MIGUEL, Luís Felipe. **Democracia na Periferia Capitalista**. São Paulo: Autêntica, 2022.

PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. São Paulo: Zahar, 2021.

FILHO, Alfredo Saad; MORAIS, Lecio. **Brasil: neoliberalismo versus democracia**. São Paulo: Boitempo, 2018.

TONELLO, Iuri. **No entanto, ela se move: a crise de 2008 e a nova dinâmica do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2021.